

**VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação  
28 a 31 de outubro de 2007 • Salvador • Bahia • Brasil**

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação  
Comunicação oral

**CAPITAL INFORMACIONAL E CONSTRUÇÃO DO PODER  
SIMBÓLICO: uma proposta epistemológica a partir de Pierre Bourdieu**

***INFORMATIONAL CAPITAL AND SYMBOLIC POWER BUILDING:  
a epistemological purpose from Pierre Bourdieu***

Eliany Alvarenga de Araújo (PPGCI/ UFPB, y.alvarenga@gmail.com)  
Ana Virginia Chaves de Melo (PPGCI/ UFPB, anavcmelo@gmail.com)

**Resumo:** Partindo das teorias dos campos, do habitus e dos capitais proposta por Pierre Bourdieu e aplicando-as ao estudo das práticas informacionais, objetivamos, num primeiro momento, refletir sobre a relação informação, comunicação e dominação simbólica, a partir de alguns conceitos de informação utilizados no Campo da Ciência da Informação; e, em um segundo momento, apontar alguns caminhos possíveis para a viabilização da base epistemológica apresentada.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação - Pierre Bourdieu. Informação, Comunicação e dominação simbólica.

**Abstract:** *From Capitals Theory and Fields Theory and Habitus Theory purposed by Pierre Bourdieu and applying them to the study of information practice, we objective, at a first moment, to reflect about the relationship between information, communication and symbolic domination, from some concepts of information used into the Information Science area; and, at a second moment, to point out some ways to the feasibility of epistemological basis presented.*

**Keywords:** *Information Science – Pierre Bourdieu. Information, communication and symbolic domination.*

## 1 Introdução

A Ciência da Informação, desde o seu surgimento, padece de dificuldades para isolar e entender suas questões de pesquisa. Os esforços neste sentido são variados. Um dos maiores destes esforços, sem dúvida alguma é o de conceituar a informação, apesar dos muitos conceitos já existentes para este termo. Essas conceituações carregam as diferentes visões dos autores sobre o que é o processo de informação.

Conforme Pinheiro (2002, p.62) o objeto de estudo da área, a informação, está imerso em um campo vasto e complexo de pesquisa que, por tradição, relaciona-se a documentos impressos e a bibliotecas. No entanto, a informação de que trata a Ciência da Informação não se restringe aos documentos impressos, pois pode ser percebida em conversas entre sujeitos sociais e outros tipos de comunicação informal. Ela se apresenta também em uma inovação para o setor produtivo, em patente, fotografia ou objeto, no registro magnético de bases de dados, numa biblioteca virtual ou repositório na Internet/Intranet e outros mais.

Há um grupo de autores que consideram a informação como um resultado da interpretação do indivíduo, onde o fato e/ou dado relaciona-se a um conhecimento preexistente. Outros enxergam no dado e/ou informação um fragmento de conhecimento. Assim, chega-se a inúmeros e diferentes conceitos de informação. Tal amplitude, num contexto teórico, acaba por gerar uma considerável indefinição sobre as questões de estudo deste campo de conhecimento científico. As indefinições acumuladas e sem respostas consistentes acabam por gerar novas indefinições num círculo vicioso e perigoso, pois num contexto epistemológico com tal configuração, o campo de conhecimento científico, não consegue consolidar direcionamentos consistentes a serem estudados e conseqüentemente não obtém avanços significativos em suas pesquisas e colocações. Consideramos que tal contexto acaba por provocar a perda constante de energia (entropia intelectual). Buscando vencer este momento conceitual entrópico, os pesquisadores da Ciência da Informação, em diferentes países, têm apresentado conceitos para elementos e processos constituintes do fenômeno informacional.

Para Le Coadic (1996, p.10), a informação é

[...] um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica) oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espaço-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora etc.

Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signos esses que são elementos da linguagem, a qual associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

Segundo Pignatari (1997, p. 45), a idéia de informação está sempre ligada à idéia de seleção e escolha: “Só pode haver informação quando há dúvida, e dúvida implica na existência de alternativa – donde escolha, seleção, discriminação”.

Harmon (1967, p.236), entende informação como redução da incerteza e explica que uma ação contém informação, quando e somente através dessa se remove ou se reduz à incerteza da parte do observador.

Nessa mesma linha, Brookes (1980) afirma que informação produz efeitos no usuário e propõe a seguinte equação como forma de sintetizar o processo de informação:

$$\left| \frac{K(S) + \partial K}{\partial K} = K(S + \partial K) \right.$$

A equação exprime a passagem de um estado de conhecimento  $K(S)$  para outro estado de conhecimento, expresso por  $K(S + \partial K)$ . Os signos  $\partial$  e  $K$  significam a contribuição de um

conhecimento extraído de uma informação que é expressa por  $\partial I$ , então, o efeito dessa modificação é  $\partial S$ .

Araújo (1998, p.36) considera que a informação é “[...] um processo social de atribuição e comunicação de sentido”. Assim, se não houver a comunicação do sentido atribuído a determinado item de informação recebido/acessado/utilizado não estaríamos estudando o fenômeno informacional. Nesta abordagem conceitual, a informação é um fenômeno totalmente relacional, seja do usuário de informação com sua mente, seja do usuário de informação com outro usuário ou sistema de informação.

As considerações feitas anteriormente poderiam se estender de forma interminável, pois vários são os esforços conceituais nos campos da Ciência da Informação. Todos estes esforços evidenciam que a informação é um fenômeno amplo, pois abrange todos os aspectos da vida em sociedade e que a mesma pode ser abordada por diversas óticas científicas (comunicacional, filosófica, semiológica, sociológica, pragmática, tecnológica e outras).

Uma reflexão epistemológica sobre o conceito de informação também pode ser feita a partir da relação: informação, comunicação e dominação simbólica. Tal relação é trabalhada de forma criativa e crítica por Pierre Bourdieu, em diferentes momentos da sua extensa e inteligente obra.

## **2 A Teoria do Capital Simbólico**

A obra de Pierre Bourdieu traz uma contribuição significativa para as ciências humanas e sociais, quando faz a transposição do conceito de capitais para além do conceito de capital econômico. O mercado desses capitais é descrito por Bourdieu (1997) por meio do conceito de campo, fundamental na compreensão da sua obra. Os capitais (social, cultural, simbólico) são instrumentos dos agentes no campo, que é compreendido como uma rede relações sociais invisíveis que se estruturam visando atingir interesses e avançar em posições hierárquicas superiores no campo, a partir de situações de discussão, de confronto e de crítica. Nesta compreensão, emerge uma visão renovada da natureza das relações sociais, defendendo que as mesmas não têm uma natureza interativa, conforme comumente se coloca, mas uma natureza relacional, ou seja, as relações sociais se estruturam a partir de determinados interesses e das formas que os sujeitos sociais elegem para defender estes interesses. Assim o campo é um espaço de luta concorrencial entre os sujeitos sociais.

Bourdieu define o capital social como “[...] a agregação de recursos atuais ou potenciais, que tem ligação estreita com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 1980). Conforme Bourdieu, este capital é reproduzido basicamente na convivência social primária (a família), a qual considera que é impulsionada, “[...] por uma tendência a perpetuação do ser social, com todos os seus poderes e privilégios, que originam estratégias [...] e principalmente estratégias educativas.” (BOURDIEU, 1997, p. 33, tradução nossa).

Bourdieu (1997) aponta o investimento de energia considerável da família para manter a posição no campo por herança e manter a ordem através da distribuição de capital cultural através de operações de seleção que acontecem no seu seio. São providenciados os acessos e instruções para que através da família e de suas relações possam beneficiar-se de uma “[...] informação sobre os circuitos de formação e seu rendimento diferencial, [...] podem colocar em condições ótimas seus investimentos escolares e tirar o maior proveito de seu capital cultural.” (BOURDIEU, 1997, p. 40, tradução nossa).

De forma ampla, o capital cultural é a quantidade de domínio que alguém possui sobre o conhecimento dominante em um campo. Bourdieu (1979) discrimina três tipos de capital cultural: o capital cultural incorporado, capital cultural objetivado e capital cultural institucionalizado.

O capital cultural incorporado parte do contexto familiar. O conjunto das introjeções de referências culturais e do conhecimento validado pelo grupo social primário em laços de cognição e entrelaçamento de afetos e valores legítimos conscientes e inconscientes, além de um subsídio básico para o sucesso escolar que é do nível de domínio da língua em termos da norma culta (Bourdieu, 1979). O Alinhamento famílias das classes dominantes – Escola – Estado permite uma manutenção das relações de poder.

O capital social objetivado é uma materialização da posse de bens de cultura (livros, obras de arte, etc.). Entretanto, não é a simples posse material que realiza o capital cultural objetivado, mas a apropriação dos meios de significação destes bens culturais, o que faz a relação capital cultural objetivado-incorporado (Bourdieu, 1979).

O capital institucionalizado está relacionado à legitimação institucional do poder simbólico. Bastante visível sob a forma de títulos escolares, mas também de qualquer instância institucional que confira poder de chamar ao ser, explicar, definir, atuar com posse simbólica em um determinado campo (Bourdieu, 1979).

Bourdieu considera que a “[...] transmissão do capital cultural entre as gerações, é um mecanismo de hereditariedade propriamente social que [...], mascara-se sob as aparências da hereditariedade biológica.” (Bourdieu, 1980, p. 33). Este capital não traz benefícios apenas no mercado escolar, mas também no mercado de trabalho, gerando lucros simbólicos e materiais (Bourdieu, 1983). Esses lucros, segundo o autor, reagem à lei da oferta e procura como em outros mercados.

A teoria e a lógica dos capitais reflete-se na estruturação da visão do mundo e da ação no mundo dos agentes sociais. Sendo os detentores, produtores e mediadores dos capitais, os agentes sociais o introjetam e o expõem em suas relações sociais. Considerando a participação desses agentes no campo, Bourdieu atualizou o conceito Aristotélico de *habitus*.

Segundo Bourdieu, *habitus* “[...] é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *héxis*, indica a disposição incorporada, quase postural – [...] de agente em ação [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 61). Assim, temos que o *habitus* é uma “[...] relação de cumplicidade ontológica com o mundo; ou ainda no caso em que Mauss, o qual reconhece a dimensão corporal da *héxis* como porte ou postura – a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado.” (BOURDIEU, 1989, p. 62, grifos nossos).

O capital cultural está relacionado ao *habitus* através dos mecanismos de reprodução da dominação e de legitimação do poder simbólico. A reprodução basicamente usa como instituição de reprodução a Escola para dar cabo das operações de seleção. Os alunos são separados e distinguidos pelas quantidades desiguais de capital cultural. (Bourdieu, 1997). Os alunos carregam em seu *habitus* “[...] a lei de sua direção e movimento, o princípio da ‘vocação’ que lhes orienta para tal centro ou qual disciplina; [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 41, tradução nossa).

Como dimensões do *habitus*, encontramos o *ethos*, a *héxis*, o *eidos* e a *aesthesis*. O *habitus* tem sua dimensão de gosto e estilo (*aesthesis*), sua dimensão lógica (*eidos*), sua dimensão corporal (*héxis*), onde Bourdieu inclui o gestual e a linguagem com todas as suas nuances (*héxis*) e a introjeção da conduta moral realmente utilizada pelo indivíduo (*ethos*) (Bourdieu, 1979b apud Giménez, 1997). Assim o *habitus* é o meio e o resultante do indivíduo no campo. É a presentificação da relação homem-história. Ele tem caráter inconsciente e é fruto da intromissão da exterioridade, sendo a exteriorização da interioridade (ORTIZ, 2005).

O capital social prepara a base para o acesso ao capital cultural. O que torna a Escola, em um segundo momento, a instituição distintiva das classes como mecanismo do Estado. É a escola quem legitima a competência e os padrões de competência, inclusive a competência

informacional. Diz ainda Bourdieu (1997) que “[...] a reprodução da estrutura da distribuição do capital cultural se leva a cabo na relação entre as estratégias das famílias e a lógica específica da instituição escolar.” (BOURDIEU, 1997, p. 33, tradução nossa). A concentração do capital econômico provoca uma concentração do capital informacional, do qual o capital cultural é uma dimensão (Bourdieu, 1997). Os dominadores do sistema simbólico e econômico, então, vão utilizar-se das suas instâncias básicas (a família, a escola e o Estado) para reproduzir o capital social, que influencia o capital cultural, que, por sua vez, se relaciona em alteração mútua com o capital econômico.

Quando Bourdieu discorre sobre participantes do campo literário e suas trocas simbólicas, no texto abaixo e nós poderíamos fazer a aplicação ao Campo da Ciência da Informação sem muitos retoques:

As estratégias dos agentes e das instituições inscritos nas lutas literárias, quer dizer suas tomadas de posição [...], dependem da posição que ocupem na estrutura do campo, quer dizer na distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não (reconhecimento interno ou notoriedade externa) e que, por mediação das disposições constitutivas de seu *habitus* (e relativamente autônomas em relação com a posição), lhes impulsiona seja a conservar, seja a transformar a estrutura desta distribuição, portanto, a perpetuar as regras do jogo em vigor ou a subvertê-las. (BOURDIEU, 1997, p. 64, tradução nossa).

O campo da Ciência da Informação é um campo realmente em transformação deste ponto de vista? É uma reflexão que deveríamos fazer. Seria ilusório afirmar que o processo de comunicação intermediado pela informação seria apenas uma dinâmica baseada em habilidades instrumentais e com foco apenas cognitivo. Esta visão é uma redução teórica que, certamente não cabe mais nas reflexões que tratem deste tema.

Este autor considera, assim, as formas e os meios de poder social e cultural como ‘capital social’ e ‘capital cultural’, respectivamente. Como ambos atuam na esfera abstrata, representacional, são reconhecidos como ‘capital simbólico’.

### **3 A Teoria do Capital Simbólico e o Fenômeno Informacional**

O conceito de capital simbólico é dado por Bourdieu como “[...] qualquer propriedade (qualquer tipo de capital físico, econômico, cultural, social) percebida por agentes sociais de forma a conferir algum valor à mesma.” (BOURDIEU, 1997, p. 108, tradução nossa). Assim, podemos compreender o capital simbólico como um crédito, um reconhecimento externo dos outros agentes em relação a um determinado agente, ao legitimarem determinada propriedade como valorizante deste.

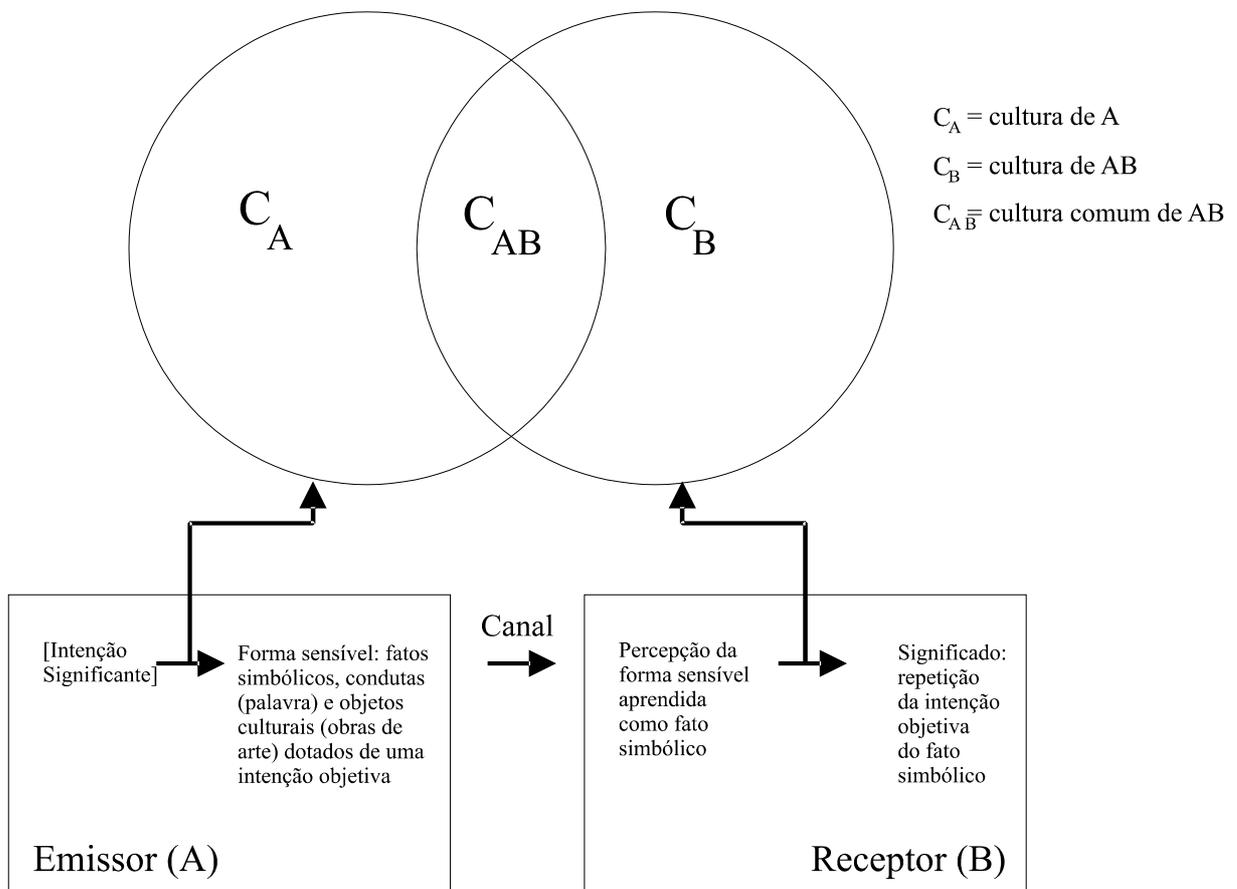
Bourdieu critica a tentativa de compreensão dos significados e significantes alijados das práticas do campo, ou seja, daqueles que estão em comunicação. Pois para o autor, a comunicação ou as práticas informacionais só são possíveis e reais quando, aquele que compreende a mensagem, possui o conhecimento vivencial, inclusive com suas instâncias inconscientes do sistema simbólico daquele que emitiu a mensagem. As terminologias comunicacionais possuem uma ordem de razões das quais elas tiram o seu sentido. E quando não se considera isso, a gramaticalidade substitui a práxis comunicacional. Essa dominação de sentido pelo receptor é, então, imediata e torna-se de forma atual ou potencial uma conduta ou possibilidade de conduta para o receptor. Bourdieu compreende que a comunicação é feita sobre a função prática da língua e não apenas gramatical. Todas as comunicações fáticas (cerimônias, festas e outras) estão também ligadas a funções econômicas e políticas. (ORTIZ, 2005)

Assim, Bourdieu (1972, p. 42) traz para o processo de comunicação, cujo objeto é a informação e o conhecimento, a dimensão social, que não se sacia da fê ingênua na identidade

de duas pessoas humanas e um código compartilhado. Para este autor esta dimensão só se torna plenamente possível por meio das práticas de cifração e decifração, que constroem significados para a comunicação humana, baseados em sistemas simbólicos sociais. Assim, o que possibilita a comunicação e o uso competente da informação é o afinamento objetivo entre os sujeitos sociais por meio destas praticas, de forma que, possam ser associados signos (palavra, prática ou obra) e sentidos iguais, como fruto de um sistema relacional simbólico praxiológico. (Bourdieu, 1972).

Bourdieu (1972) construiu um gráfico que enriquece com sua visão o fenômeno informacional a partir da teoria Matemática da Informação, o qual reproduziu-se abaixo:

**GRÁFICO 1: Compreensão do fenômeno informacional através da mediação cultural segundo Pierre Bourdieu**



Fonte: BOURDIEU, 1972, p.42.

Enquanto o emissor e receptor estão afastados pela diminuição ou ausência da parte  $C_{AB}$ , haverá mau entendido como regra, mesmo com a compreensão da funcionalidade gramatical, a capacidade interpretativa do agente que participa ou analisa o fluxo informacional sem este suporte.

Essa compreensão de dimensões sociais da informação e do conhecimento no contexto do processo de comunicação revolve o terreno arenoso da dominação simbólica dentro de um espaço de trocas e valores no campo. Devido a esta compreensão, Bourdieu denomina o campo de ‘mercado das trocas simbólicas’, onde a atenção do pesquisador deve ser voltada para as funções que a língua preenche, isto é, deve-se considerar “[...] os usos que os agentes fazem dela [a língua] realmente. (...) A partir desta compreensão poderemos compreender que

o simples conhecimento do código só permite dominar imperfeitamente as interações lingüísticas realmente efetuadas.” (BOURDIEU, 1972, p. 45)

Considerando isto, Bourdieu discute, então, as trocas lingüísticas:

[...] substituindo a noção de gramaticalidade por **aceitabilidade**, ou de língua por **língua legítima**; as relações de comunicação (ou interação simbólica) pelas de **força simbólica** e, ao mesmo tempo, a questão do sentido do discurso pela questão do valor e do poder do discurso; a competência lingüística pelo **capital simbólico**, inseparável da **posição do locutor na estrutura social**. (BOURDIEU, 1977, p. 145, grifos nossos)

[...] A lingüística reduz uma relação de força simbólica (baseada numa relação de autoridade-crença) a uma operação intelectual de cifração-decifração. **Escutar é crer**. [...] as condições de recepção esperadas fazem parte das de produção lingüística como poder que confere outra forma de poder às relações de produção lingüística. [...] **o poder pode ser simbolizado pela própria linguagem**. [...] Existe um aspecto da linguagem de autoridade que tem apenas a função de lembrar essa autoridade e de remeter à crença que ela exige. (BOURDIEU, 1977, p. 149, grifos nossos).

Podemos, então, dizer que, as condições de tratamento, acesso, uso e impactos da informação, objetos dos estudos da Ciência da Informação, fazem parte, não apenas de um processo de geração, emissão e recepção de informação, mas também e prioritariamente são elementos das trocas de poder simbólico que regem e estruturam o fenômeno informacional enquanto processo social.

Esta consideração cria possibilidades renovadas de reflexões e interpretações mais críticas sobre tal fenômeno. Assim podemos neste momento retomar o conceito de informação de Le Coadic (1996) e analisá-lo do ponto de vista das contribuições de Bourdieu. Vale salientar que não estamos desafiando ou corrigindo tal conceito, mas apenas refletindo a partir de outra base teórica, objetivando com isto, gerar uma base teórica mais ampla sobre o fenômeno informacional. Num primeiro momento, devemos salientar que o conceito de Le Coadic não dá importância à influência do contexto social quando trata do conceito de informação. Entretanto, temos que considerar a impregnação do aspecto social e interpretativo contida na informação de forma registrada. Afinal, foi por meio dessa dinâmica social de comunicação e através dos seus valores e sistemas simbólicos de mercado que foi definida a forma, a quantidade, o meio e a própria definição do que deve ou não deve ser conhecimento gravado como documento ou registro se levarmos em conta a história do livro e do conhecimento gravado vamos ter exemplos deste tipo.

Le Coadic (1996) continua com o seu conceito de informação, especificando que informação é um conhecimento gravado, mas também um significado transmitido. Entendendo-se que atribuição de significado são práticas informacionais, deduz-se que são práticas de construção social de significados, carregadas de valores e tais práticas e valores são partes integrantes de sistemas simbólicos sociais, os quais interagem e interferem entre si e com as pessoas da sociedade em que se tecem e são tecidos nas redes relacionais. Assim, significado é significado socialmente construído. Um significado pode ser encontrado pronto, mas não é autônomo ou natural e sim gerado e transmitido socialmente. No nível das trocas simbólicas, a Ciência da Informação tem reconhecido o poder das práticas informacionais não registradas, em conceitos como: práticas informacionais, conhecimento tácito, cultura organizacional, a cultura local, etc. É estranho que não seja considerada no conceito de informação.

Toda transação simbólica, mediada pelo significado, acontece em nível consciente e em nível inconsciente. Neste sentido, podemos ir em busca do conceito de *habitus* de Bourdieu e trazer um auxílio conceitual importante, pois o *habitus* é uma dimensão de exteriorização do interiorizado e interiorização do mundo social como visão de mundo, um

fruto da relação ser humano-história. A linguagem é o meio de todo o processo, parte integrante da héxis corporal. É através da linguagem que o conhecimento se concretiza na informação objetivada. Uma origem social desprezada, que merece retomada neste clássico conceito.

Nas visões de Pignatari (1997) e Harmon (1967), percebemos a confluência do conceito de informação em direção à solução da dúvida ou incerteza, direcionando o observador (ou usuário) para o enfrentamento de alternativas. A solução da alternativa implicaria em um processo cognitivo de seleção e discriminação. As contribuições de Bourdieu nos levam a considerar que a seleção acontecerá dentro do âmbito do que se entende por escolha legítima, válida, distinta, reconhecida, digno se ter por escolha. A discriminação, por sua vez, é um processo de distinção entre algo adequado ou mais adequado/válido/legítimo, que traga benefício não só material, como simbólico e outro ser/objeto/categoria que não tenha estes atributos ou que detenha em menor quantidade. Considerando esta interferência social e simbólica prévia na determinação do leque de possibilidades cognitivas de escolha, amplia-se o espectro da percepção destes conceitos do processo informacional, que só consideram a informação como um elemento que possibilita a escolha e não deixam evidenciados os aspectos qualitativos que direcionaram a escolha nesta ou naquela direção.

Ainda sobre o foco da incerteza ou dúvida poderíamos considerar: O que leva uma pessoa a perceber a necessidade de informação? De qualquer forma, uma necessidade de informação é, na maioria das vezes, contextual e social, ainda que para suprir necessidades pessoais. Mesmo que surja de uma demanda usuário-meio físico, esta compreensão conterà uma carga de valor simbólico interpretativo com suas múltiplas possibilidades de interpretação e relação social. Se a necessidade de informação ou dúvida emerge numa relação usuário – outro/s, a condição e o condicionamento das relações sociais estão mais evidentes.

Na mesma linha de pensamento de Pignatari (1997) e Harmon (1967), Brookes (1997) traz a contribuição conceitual da mudança de estados de conhecimento. Daí, pode-se perceber que a nova informação incluirá não só novos dados cognitivos, mas fará parte de um sistema simbólico interiorizado, onde valores são levantados como bandeiras no nível consciente e inconsciente. O próprio sistema cognitivo tende a fazer um filtro de valores sociais. O novo conhecimento será agregado alterando os conhecimentos e o conjunto de valores dos indivíduos/grupos seja para fortalecer, enfraquecer ou excluir conhecimentos em direção à predominância da idéia, que baseia o ato, e que também que atribui poder simbólico a alguém ou a alguma instituição social. Há sempre, na geração de uma nova informação, uma função social que a motivou ou que a identifica e que retorna ao próprio agente conhecedor.

No conceito de Araújo (1998) encontramos a informação como fenômeno relacional (ou social) direcionado à geração de sentido. A geração de sentido, no nível relacional, é também geração de valor. Neste conceito, é concedida distinção, legitimação de uma identidade, uma definição durante o processo informacional. O que Bourdieu chama de ato mágico, para o qual é necessário ter poder de legitimação reconhecido e conferido perante o grupo dominante e dominado no campo.

#### **4 Capital Informacional e Capital Lingüístico**

As práticas informacionais (geração, disseminação, recepção e impactos de informação) estruturam os processos comunicacionais (Araújo, 1998). A partir desta base conceitual podemos refletir sobre os possíveis deslocamentos epistemológicos oriundos da adoção da Teoria do Capital no contexto da Ciência da Informação.

Bourdieu (1977, p. 144) discute o conceito de capital lingüístico, afirmando que,

É preciso ainda tirar as conseqüências do fato de que o capital lingüístico é um capital incorporado e que o aprendizado da língua é uma dimensão do aprendizado de um esquema corporal global, ele próprio ajustado a um sistema de chances objetivas de aceitabilidade. A linguagem é uma técnica do corpo e a competência propriamente lingüística, especialmente **a fonologia, é uma dimensão da héxis corporal, onde se exprime toda relação com o mundo social.** A héxis corporal, que é característica de uma classe, submete o aspecto fonológico do discurso a uma deformação sistemática.

Bourdieu considera que, **a linguagem não é apenas uma estrutura, mas é uma estrutura que tem sentido praxiológico, sentido que é construído no campo em que se ‘age’ com a fala.** Ele chama essa habilidade de utilizar-se bem da linguagem (grande parte dela constituinte das habilidades da competência informacional), de ‘capital lingüístico’, pois se recusa a aceitar a “[...] a autonomização da capacidade de produção propriamente lingüística” (BOURDIEU, 1977, p. 145). Segundo ele a, competência propriamente dita com a fala não é o domínio das habilidades gramaticais por si, mas que **“A linguagem é uma práxis: é feita para ser falada e utilizada nas estratégias que recebem todas as funções práticas possíveis, e não simplesmente as funções de comunicação. Ela é feita para ser falada adequadamente.”** (BOURDIEU, 1977, p. 146, tradução nossa, grifos nossos). Sendo práxis, a língua inclui suas funções de tempo e espaço, meio, silêncios e aplicações competentes a situações. Como diz Bourdieu: **“A competência prática é adquirida em situação: o que é adquirido é o domínio prático da linguagem juntamente com o domínio prático das situações.”** (BOURDIEU, 1977, p. 146, tradução nossa, grifos nossos).

Assim, existe uma forte e constante correlação entre capital lingüístico e capital informacional. A geração, disseminação, acesso e uso de informação são práticas mediadas por competências lingüísticas que as permitem e todas produzem mudanças no nível de poder simbólico possuído por um agente. Por outro lado, a ausência de competência lingüística (nos dois sentidos da palavra competência – seja como capacidade, habilidade, de fazer ou como autoridade de fazê-lo em determinado âmbito) invalidaria as práticas informacionais, uma vez que essas práticas não seriam representativas da práxis dos sujeitos sociais envolvidos na dinâmica informacional em questão.

A abordagem teórica apresentada nos permite refletir sobre o fenômeno informacional a partir da sua essencial e crítica dimensão de poder. Como coloca Bourdieu (1977),

(...) A língua não é só um instrumento de comunicação ou conhecimento, mas de poder. **Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados e reconhecidos.** Daí a definição completa da competência como direito á palavra, à linguagem legítima como linguagem autorizada, de autoridade. **A competência implica o poder de impor a recepção.** Vemos aqui, novamente, quanto à definição lingüística de competência é abstrata. (BOURDIEU, 1977, p. 149, grifo nosso)

Eis as características, os pressupostos tácitos, da eficácia de um **discurso legítimo: ele é pronunciado por um locutor legítimo,** pela pessoa que convém, em oposição ao impostor (linguagem religiosa/padre, poesia/poeta); é enunciado **numa situação legítima,** no mercado que convém [...] e **dirigido a destinatários legítimos;** está elaborado **sob formas fonológicas e sintáticas legítimas** (a ‘gramaticalidade’ dos lingüistas), **salvo quando a transgressão dessas normas pertence à definição legítima do produtor legítimo.** (BOURDIEU, 1977, p. 151, grifo nosso).

As reflexões de Bourdieu (1977) nos levam a considerar que o fenômeno informacional (geração, tratamento, acesso, recepção, uso e impactos) é um fenômeno cuja natureza se expressa através de poderes simbólicos. Assim, a expressão do senso comum – ‘informação é poder’ pode e deve ser refletida em termos mais críticos, no sentido de que o poder ao qual o senso comum se refere, mas não se aprofunda, é o poder simbólico

estruturado a partir dos capitais (social e cultural) e manifestado nos campos sociais por meio do capital simbólico, onde a competência lingüística é instrumento preponderante, tornando o discurso a arma de invisibilidade do poder simbólico ali constituído.

## 5 Considerações Finais:

No contexto da Ciência da Informação atualmente desenvolvida no Brasil, o trabalho intelectual de conceituar elementos do fenômeno informacional tem se dado de forma corrente. Tal fato é consequência natural do fazer científico, pois através da dinâmica conceitual o campo de conhecimento se estabelece, o que possibilita a geração de uma comunidade de discursos competentes e correlacionados e também a inter-relação deste campo com outros campos de conhecimento.

Na realidade, estamos diante de uma disputa da conquista do campo científico pelo poder de dar forma, legitimar – o poder simbólico. O ato de definir “[...] é o **poder de impor uma visão do mundo social** através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade do grupo.” (BOURDIEU, 1989, p. 113, grifo nosso). O que implica em dizer que identidades são legitimadas enquanto a Ciência da Informação procura definir seus conceitos fundamentais. Nenhuma distinção é natural, toda ela é ato de poder. A idéia de di-visão dá descontinuidade ao que não é descontínuo e a instaura como se fosse natural. Um agente ou grupo de agentes que tem poder no campo exerce o poder de definir (*regere fines*). O(s) agente(s) investido(s) do poder de definir é (são) detentor(es) do poder de “[...] *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito,[...]” (BOURDIEU, 1989, p. 114). Então, definir ou delimitar qualquer conceito ou coisa através de palavras é, na verdade “[...] impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer [...] contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora.” (BOURDIEU, 1989, p. 116). Esse processo de chamar à existência através do poder simbólico é chamado por Bourdieu (1989) de ato mágico, o ato de exercer o poder de impor uma nova divisão do mundo social.

Podemos visualizar neste esforço de conceituação do fenômeno informacional, pelos estudiosos deste campo de conhecimento não apenas a tentativa de fazer nascer um objeto de estudo e questões de pesquisa a ele pertinentes. Consideramos que tal ato representa também, sob o enfoque da Teoria dos Capitais, a colocação de fronteiras legítimas para o campo funcionar. Quem terá competência para efetivar tal ato mágico? E se nos colocamos nesta caminhada epistemológica ainda devemos nos perguntar: Como realizar tal ato?

Como Bourdieu, consideramos que o ato de conceituar pode promover uma revolução simbólica uma vez que ao se realizar tal ato o que se “[...] tem em vista não é a supressão das características estigmatizadas, mas a destruição da tabela de valores que as constitui como estigmas” (BOURDIEU, 1989, p. 124). Temos aqui uma luta pela apropriação simbólica e pelos mecanismos de atribuição de poder simbólico e de legitimação. Pois, no momento em que é feita uma distinção (divisão) é estabelecido um parâmetro de reconhecimento legitimado, uma identidade, um parâmetro de competência (nos dois sentidos). Essa identidade se afirma sobre outras com o aval dos grupos sociais envolvidos. E “[...] encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra.” (BOURDIEU, 1989, p. 129).

Entretanto, este fazer não deve e nem pode ter a pretensão de ser ingênuo, ou seja, a prática de conceituar, por um lado, delimita, instaura, autoriza e orienta metodologicamente o que é e o que deve ser um campo de conhecimento científico voltado ao fenômeno informacional. Mas, por outro lado, esta mesma prática anula, faz calar e subtrai pensamentos

e práticas de pesquisa. Como tornar a dinâmica conceitual mais participativa e menos mutiladora no campo da Ciência da Informação desenvolvida no Brasil?

Esta questão, certamente exigirá reflexões sobre a constituição social deste campo, ou seja, sobre as esferas de poder político e econômico dentro do campo da Ciência da Informação brasileira. No momento, tal questão ultrapassa as pretensões reflexivas deste texto. Mas, certamente esta questão, uma vez refletida, possibilitaria uma compreensão mais ampliada sobre a constituição deste campo de conhecimento científico no país.

Uma vez colocada a reflexão sobre o esforço conceitual no campo da Ciência da Informação, podemos nos debruçar sobre a questão metodológica, que fica inevitavelmente comprometida quando lançamos uma proposta conceitual renovada. Assim, a questão que se coloca, em termos metodológicos, é o questionamento sobre a possibilidade de um conhecimento científico do fenômeno informacional. Consideramos tal possibilidade como uma elegante e válida ambição intelectual.

A reflexão metodológica, que se faz necessária a partir das considerações feitas anteriormente, pode estruturar-se a partir de Bruyne, Herman e de Schoutheete (1991, p.35). Estes autores propõem uma estrutura metodológica baseada em quatro pólos: epistemológico, teórico, morfológico e técnico. O pólo epistemológico trata das regras de produção e explicação dos fatos, da compreensão e da validade das teorias. O pólo teórico trata da elaboração de hipóteses e a construção dos conceitos. O pólo morfológico enuncia as regras de estruturação, de formação do objeto científico e o pólo técnico trata dos modos de investigação particulares, onde os pesquisadores explicitam suas escolhas por um tipo particular de encontro com os fatos empíricos. A interação dialética desses diferentes pólos constitui o conjunto da prática metodológica.

A partir destas considerações temos que, epistemologicamente devemos nos indagar: como a gênese social do campo da Ciência da Informação no Brasil tem influenciado sua estruturação? Colocada desta forma, esta reflexão constitui-se como ponto de partida para outras reflexões.

Em termos teóricos estamos propondo uma compreensão renovada para o conceito de informação. Assim, temos que citando Le Coadic (1967), podemos complementar sua análise conceitual afirmando que a informação registrada comporta inevitavelmente a marca social de seu local de nascimento e a transmissão de seu conteúdo se dará pelo processo de cifração e decifração que só será realmente compreendido quando as culturas de emissor e receptor puderem se encontrar. A partir de Harmon (1996) temos que o fenômeno informacional não apenas pode gerar a redução de incertezas, mas gerar e manter tais incertezas. Por outro lado, os estados anômalos de conhecimento (Brookes, 1980) nunca são totalmente anômalos, mas apenas momentaneamente carentes de algum item de informação e tal compreensão nos levará inevitavelmente a compreender como diferentes ordens de elementos atuam na geração de uma determinada necessidade de informação. O fenômeno informacional é relacional (Araújo, 1998), mas com uma dupla natureza – uma dinâmica que busca a cooperação interativa e outra dinâmica inata para a disputa e o conflito. Estas considerações, de ordem teórico-conceitual, podem construir um pólo teórico renovado.

Em termos morfológicos podemos buscar a elaboração de modelos teóricos interativos e multidimensionais, ou seja, modelos que incorporem, com mais vigor, a desordem, o conflito, a redundância, a violência informacional (simbólica) e que busquem visualizar em tais elementos a dinâmica ordenadora que os mesmos impõem ao fenômeno informacional. A ordem, o equilíbrio, a objetividade e a cooperação são elementos inerentes ao planejamento de sistemas de informação, ou seja, são elementos intencionalmente colocados no fenômeno informacional pelas elaborações gerenciais de profissionais de informação. Por outro lado, estamos nos dirigindo aos pesquisadores que devem buscar a compreensão das dinâmicas do fenômeno, tais quais estas se apresentam. Assim sendo, a pesquisa em Ciência da Informação

conviverá e deverá buscar ampliar sua compreensão sobre estes e outros elementos constitutivos do fenômeno informacional.

Por fim, temos o pólo técnico, onde a coleta de dados compromete toda a estrutura reflexiva da pesquisa. A compreensão deste pólo no contexto reflexivo aqui desenvolvido nos aponta a abordagem quali-quantitativa como mais competente para a reflexão científica. Tal abordagem tem como ponto central a compreensão dos significados construídos pelos sujeitos sociais. Incorporando-se a visão e o método qualitativo, junto ao método quantitativo, poderemos estar mais próximos de uma compreensão mais ampla do fenômeno informacional que é em essência um fenômeno social, portanto, dinâmico, histórico, relacional, ético e simbólico. A compreensão qualitativa tem as ferramentas necessárias para desenvolver estes pontos ressaltados, o que a compreensão quantitativa não consegue isoladamente. Entretanto, não é uma proposta de substituição, mas de agregação de métodos quali-quantitativos. É um alargamento que trará ao campo da Ciência da Informação vantagens de compreensão bastante relevantes e ampliadas. Há um conhecimento científico tácito que precisa ser explicitado rapidamente, apontando para ganhos bastante interessantes para a construção deste campo científico.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Lia M. de. **Habitus, representações sociais e construção identitária dos professores de Maracanaú**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005. 142 p. (Tese de Doutorado em Educação, Depto de Educação).
- ARAÚJO, E. A. **A Construção Social da Informação: Práticas Informacionais de Organizações Não-Governamentais-ONGs Brasileiras**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 345 p. (Tese de Doutorado em Ciência da Informação).
- BOURDIEU, Pierre (1979) Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Cap 6. p.73-79.
- BOURDIEU, Pierre (1980). O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Cap 3. p.65-69.
- BOURDIEU, Pierre. **Razones prácticas sobre la Teoría De La Acción**. Barcelona: Letra, 1997.
- BOURDIEU, Pierre (1977). A economia das trocas lingüísticas. In: **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. ORTIZ, Renato (org.). Rio de Janeiro : Olho D'água, 2005.
- BOURDIEU, Pierre (1972). Esboço de uma teoria prática. In: **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. ORTIZ, Renato (org.). Rio de Janeiro: Olho D'água, 2005.
- BOURDIEU, Pierre (1976). O campo científico. In: **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. ORTIZ, Renato (org.). Rio de Janeiro : Olho D'água, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro : Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre (1980). Trabalhos e Projetos. In: **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. ORTIZ, Renato (org.). Rio de Janeiro : Olho D'água, 2005.
- BROOKES, B. The foundations of information science. Part 1. Philosophical aspects. **Journal**

of **Information Science**, v.2,p.125-133,1980.

BRUYNE, P. de, HERMAN, J.,SCHOUTHEETE,M. de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. 5. ed., Francisco Alves Ed.,1991.

GIMENÉZ, Gilberto. **La sociologia de Pierre Bourdieu**. San Andrés Totoltec, Instituto de Investigaciones Sociales de La UNAM, 1997.

HARMON, G. On the evolution of information science. **Journal of the America Society for Information Science**, v.22, n.4, p.235-241,july./ago, 1971.

LE COADIC, y. **La Science de L'Information**. Paris: Press Universitaires de France, 1996. p.. 4-13.

ORTIZ, Renato (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2005.

PIGNATARI, D. **Informação, Linguagem, Comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PINHEIRO, L.V.R. Gênese da Ciência da Informação: Os sinais enunciativos da nova área. In; AQUINO, M.A. **O campo da Ciência da Informação: Gênese, Conexões e Especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002, p.61-86.